

Falar sobre Sexo (e Violência) na Escola: desafios institucionais e profissionais

Talking about Sex (and Violence) at School: institutional and professional challenges

Ramiro Ferreira de Freitas

ramiroferreira91@gmail.com

Mestrando em educação, graduado em direito

Resumo

Este ensaio visa recolher e analisar referencial ligado aos intrincados campos da educação/orientação sexual no corpus da formação docente e, com reflexo marcante, o currículo voltado aos discentes em níveis básicos de ensino. Resultam, dos exemplos práticos citados na literatura especializada, modelos valiosos na perspectiva do movimento pró-diversidade.

Palavras-chave: práticas educativas; desafio; sexualidade; violência.

Abstract

This essay aims at collecting and analyzing referential related to the intricate fields of Education / Sexual Orientation in the corpus of teacher education and, with a marked reflection, the curriculum focused on students at basic levels of education. Valuable models from the perspective of the pro-diversity movement result from the practical examples cited in the specific literature.

Keywords: education practices; challenge; sexuality; violence.

Introdução

Este ensaio tem por finalidade primordial apresentar, em linhas muito gerais, os desdobramentos que a escola, lugar privilegiado dos conhecimentos adquiridos pelas novas gerações, promove na (re)produção de significados sexuais. Não por mero acaso, sente-se a necessidade de ligar violência aos discursos pós-biologicistas da sexualidade humana. Numerosos estudantes, professores, gestores e orientadores educacionais preocupados com o bem-estar atual e futuro, mostram incômodo e resistência ao lidar com temas considerados “espinhosos” que só recentemente foram introduzidos nos currículos de nível básico.

Seguindo registros bibliográficos, foram localizadas experiências significativas de tentativa conciliatória na interpretação das diretrizes e no fomento de concepções diversificadas quanto à formação – docente e discente – de movimentos críticos, pluralistas. Os avanços representaram parte da organização equilibrada no enfrentamento das conflituosas “visões de mundo” que longe estão de acordo, mas recebem formas discursivas típicas da sociedade complexa.

No primeiro tópico, lança-se uma interrogação sobre a real função do “instituto” escolar. Julgado redentor dos jovens, é na arena dos colégios que pedagogias constroem bases sólidas (ativas ou omissas), levando ao que é considerado importante lecionar. Em seguida, é indicada, com brevidade, a essência do nomeado “pensamento conservador nos costumes”, nutrido por reações antagônicas à “ideologia de gênero” nas classes de ensino fundamental e médio. Por último, nosso empreendimento em traçar relações entre o atual sistema “transversal”¹ e a interdisciplinaridade nas políticas pedagógicas, que chega a supor alternativas cautelosas no resgate da liberdade de expressão que, tanto professores quanto alunos, merecem dentro e fora dos ambientes hierarquizados (o “chão” da escola).

A escola tem sexo/gênero²?

Antes de pormenorizadamente tratarmos³ das ligações entre ensinar prudente e querelas limítrofes – entre a moralidade suposta na pureza inocente das crianças e o dinâmico contexto

¹ Literalmente, “que corta” a política social, “mudando o rosto” da escola.

² “Gênero é um conceito ideológico que tenta anular as diferenças e aptidões naturais de cada sexo.” (SCALA, 2011, p.5)

³ O uso da primeira pessoa do plural [nós] é proposital. O autor destas páginas não se afasta da realidade descrita, prescrevendo, em maior ou menor grau, suas opiniões.

atual marcado pela iniciação à vida sexual precoce –, duas palavras merecem explicação complementar: sexo e gênero. O primeiro é uma condição humana reiteradamente nominal, com estrutura física e equipamento de dominação para o biopoder. “Por conseguinte, o sexo é, de um lado, objeto de tecnologias de governo afeitas ao campo político e, de outro, objeto de escolhas afeitas ao campo ético. Portanto, constitui-se como um dispositivo complexo de técnicas de governo de si e dos outros” (ALTMANN, 2013, p.73). Gênero, em latim *genus*, assume jaez ideológico, tecnicamente, nas ciências sociais, identifica homens, mulheres e “outros”. Logicamente, uma categoria relacional subliminar mostra, nas entrelinhas, cisões violentas entre as “frágeis” e os “fortes”, justificando, ao menos no plano vulgar, o jugo masculino sobre a vida privada feminina. Falta clareza nas atribuições classificatórias dos tipos de identidade sexuada, recorrente tema de livros e películas cinematográficas como, exemplificando, *Má Educação*, produção dramática espanhola lançada em 2004.

Sinopticamente, o enredo fílmico começa com a inesperada visita que Enrique Goded recebe de um suposto ex-colega, Ignacio. A trama se desenrola entre lembranças do passado ruidoso em colégio católico e repleto de agressões físicas e violações sexuais. O Ignacio outrora amado por Goded, descobre-se, havia morrido quatro anos antes da visita do seu irmão Juan (quem protagoniza a falsidade ideológica) a Goded. O comportamento dos personagens leva à fatal conclusão de um assassinato: a história narra vaidades e instabilidade emocional – sobretudo no uso de drogas e constante ambição pelo “corpo perfeitamente concupiscente” (seios grandes, pele macia, caracteres feminizados) – transformadores de um garoto incompreendido a converter-se, pelos anos, em um explorador chantagista homossexual.

Inúmeras vertentes caberiam aqui: falar na civilização consumista, no abuso de substâncias ilícitas, na pressão pela não denúncia dos crimes contra a dignidade sexual etc. Todavia, nossa questão paradigmática é menos audaciosa e requer permanente vigilância: levar à sala de aula, transversalmente⁴, referências, exercícios e projetos intermediadores da sexualidade é salutar, ou confundiria sobremaneira os (as) estudantes em processo inicial de formação?

Políticos, líderes religiosos e militantes de grupos subalternizados – mormente os LGBTQs – respondem sem acordo. Alegam, muitos, que a escola seria local do pensamento neutro, invocando o positivismo extremado e mecanicista no vetusto tripé: ler, escrever e contar

⁴ Conforme interdisciplinaridade, as bases transversais levam em consideração o espectro gigantesco das possibilidades crítico-reflexivas. Não prioriza notas em histórico, mas requer mobilização dos sujeitos – alunos e mestres – para o cumprimento de finalidades específicas e coerentes.

(as 3 funções elementares dos cursos ginásiais). Há quem leve, em revés, o livre expressar-se até consequências radicais, obtemperando restar ao ofício educador sinal próprio da manifestação construtiva, liberdade bidimensional – a classe heterogênea ouvir e ser ouvida não implicando tácita concordância. A supremacia da normatividade familiar e coletiva (homens x mulheres) predomina. Segundo Miskolci (2011, p.55 apud MONTEIRO; SANTOS, 2014, p.1), “nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais”. Sob o rótulo “estranho”, o subjetivo maximiza tensões e virtualmente combate a antiga ortodoxia sexual padronizada.

As teorias *queer*, baluartes dessa realidade antipreconceituosa, enfrentam aquela lógica pensada determinista, o “machismo”, recebendo críticas ácidas: 1) a natureza biológica cede perante os desejos rompedores das marcas (estigmas) sociais que 2) nem sempre são levados em conta, pois gays e lésbicas ocupam papéis muito díspares nos estratos econômico-culturais; 3) desconstruindo caminhos e objetos, os eruditos *queer* elaboram fluídos esboços não totalmente aplicáveis ao catálogo de “opções” metodológicas e epistemológicas tradicionais; 4) politicamente, a única lente analítica priorizada é a sexualidade – “todos os heterossexuais são privilegiados e todos os *queer* são oprimidos” (Cathy J. Cohen, cientista política, e ativista social norte-americana aprofunda esta impressão sintetizada em obras que não puderam ser diretamente consultadas, *vide* nota 5 abaixo); e 5) por utilizar jargão técnico, somente a elite iniciada consegue acessar os foros deliberativos, gerando restrições e hermetismos na interpretação⁵.

Reforçando, com argutos clamores por moralização, personalidades, organismos e grupos “de direita” pregam lemas como preservação da inocência infantil, rejeição ao ideário híbrido (poliafetivo) familiar e Escola sem partido, caras trincheiras que ganham força no itinerário governista brasileiro. O apelo constante às supostas virtudes de um mundo firme, verdadeiro e, no sentido medieval do vocábulo, cercado por muros, legitima reparos (“reformas” nas cátedras) enquanto inverte as ordens hegemônicas garantistas constitucionais (desde 1988) – repressão é produto naturalizado, porque histórico, da nação civilizada, limpeza varrendo “subversão”.

⁵ Para uma extensa mensuração do assunto, conferir o verbete “Homosexuality”, esp. n.4 “Queer Theory and the Social Construction of Sexuality” da *Enciclopédia Stanford de Filosofia*, publicada online. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/homosexuality/#QueTheSocConSex>> Acesso em: 12 set 2019.

Numa perspectiva conscienciosa, os diferentes contextos pautarão motivações pela vivência pessoal de cada professor(a). Integrar com os (as) alunos(as) cognição válida sobre educação para a saúde (restringindo sexo, reprodução e planejamento familiar) permite superar discriminações, nem por isso significando um dever estratégico mandamental face à valorização equânime de todos os intervenientes no processo educacional. O comportamento há de ser regido pela liberdade relativa – “fazer raciocinar, deixar aprender” – respeitadora da autoimagem e dos sentimentos alheios.

As matérias obrigatórias não deixam de mostrar escolhas parciais, visando atribuir carga axiológica a determinadas figurações em detrimento de outras, constatação necessária à reflexão e cujas nuances fará bem o docente em reiterar perante seus pupilos. Inovando o ordenamento nacional⁶, os temas centrais indicados ao diálogo nas primeiras séries do ensino fundamental são:

- Corpo – suas partes, suas funções;
- Movimentos corporais no cotidiano da vida;
- Natureza e ambiente;
- Diferenças entre meninos e meninas;
- Limites do organismo: espaço, tempo e sistemas;
- Relações familiares e
- Prevenção à violência⁷ física.

O aprofundamento emergirá, nos anos finais do ensino fundamental e durante o curso médio, segundo interesse e necessidade manifestos (ou não) ao longo dos estudos. Impor, exigindo avaliações, que as visões tidas por “corretas” em matéria de foro íntimo sejam uniformemente recebidas aparenta flagrante contradição: diversificar o leque de opções ideológicas é aceitar, inclusive, o silêncio.

Propostas de intervenção – abordagens lúdicas mencionando puberdade, utilização de métodos anticoncepcionais – sempre observarão critérios razoáveis a fim de evitar-se

⁶ As políticas públicas e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) acerca da orientação sexual têm opção diversa, e cogente, no seu texto.

⁷ O conceito de violência auxilia-nos a compreender suas variantes. “É um fenômeno inerente à vida humana que permeia historicamente a vida social e só pode ser explicado a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas.” (BONETTI; PRIOTTO, 2009, p.162.). Logo, uma sociedade pacífica é utópico sonho. O objetivo da convivência salutar entre as pessoas é conciliar fatores à primeira vista opostos e reciprocamente dissuasórios.

constrangimento ofensivo às crenças particulares de mestres, pais e lecionando. Ao tratar gênero no meio pluralista, a escola/universidade, amplia confusão terminológico-conceitual muitas vezes nociva.

Escritores, diplomas legais e organizações internacionais tergiversam quando selecionam palavras similares em realidades separadas pelos requintes semânticos. Assumem, geralmente, que a identidade pessoal (desenvolvimento da pessoa, códigos morais e comunicação intersubjetiva/intrassubjetiva) vai além da técnica pedagógica programática competida ao desenvolvimento humano.

Os documentos legais portugueses sobre esta temática referem o termo “Educação Sexual”, assim como Sampaio (1987), Re (2005), Pereira, (2006) ou Furlani (2009). Maria Manuela Sampaio (1987) definiu a educação sexual como “um aspeto da educação afetiva com influências na formação da personalidade, na socialização e na escolha de um conjunto de valores morais pessoais” (Sampaio, 1987, p.19) No trabalho da autora surge a referência à terminologia “Educação da Sexualidade”, onde se remete para Kirlendall (1977), que utiliza a designação “educação da sexualidade humana” em detrimento de “educação sexual”, defendendo uma perspectiva cujas finalidades são o fornecimento de conhecimentos e compreensão necessários para uma eficaz orientação e realização responsável do impulso sexual (Kirlendall, 1977, como referido em Sampaio, 1987). Por outro lado, Serrão (2012) defende a terminologia “Educação para a sexualidade” referindo que “educar para a sexualidade é preparar a pessoa para decidir sobre os seus comportamentos sexuais” (p. 78), enquanto educar a sexualidade “é uma tarefa predominantemente pessoal e configura uma responsabilidade autónoma” (p.76). (SPINOLA, 2018, p.14)

Só resta proveitosa, eis o parecer, a menção ao lócus críticos do sexo quando, simultaneamente, os seguintes fatores convergem: (a) ligação entre a questão discutida e o contexto “normal” da aula. As dúvidas e a “vontade de saber” (Foucault) são iniciativas dos estudantes; (b) caso necessário, a instituição educativa solicitará ajuda externa (de especialistas psicólogos, médicos, enfermeiros, assistentes sociais etc); (c) o aspecto biológico (sistemas genitais masculino e feminino), embora não seja o todo, é parte inerente às práticas sexuais, recebendo atenção peculiar. A educação em sexualidade servirá, em ligeira síntese, para “dar” informações refletidas sobre as dimensões – biológica, psicológica, sociológica e ética – do sensível constructo individual.

Legitimar disciplinas sobre gêneros e modos sexuais é defeso, a menos que a justificativa para tanto seja o bem-estar presente e futuro dos maiores interessados – membros das próximas gerações. Detectar em qual medida soluciona-se o binômio adequação + utilidade

termina codificando um “livre arbítrio” professoral, signo da autonomia profissional anelada, homenagem às lutas por mudanças pós-totalitárias.

Conservação de valores e neutralidade partidária na educação: entre laicidade e censura

A centralidade dos discursos em torno dos propósitos instruídos nos programas e currículos “tradicionais” ocupou, e continuará a ocupar, senda polêmica. Reivindicações por igualdade, as lutas sangrentas por direitos civis e inclusão, dentre inumeráveis conquistas, serviram como estampa perfeita que ocultou, durante longo período, uma autoritária sensação “conformada” dos consagrados cultores – e cultoras – do conhecimento.

O aprendizado (cópia) por meio da conduta exemplar inspirada nos mais experientes, hoje nota prima das psicopedagogias avançadas, leva-nos a conceber falhas: Simone de Beauvoir, precursora dos grupos feministas internacionais (de segunda onda) vivia tórridos amores “espúrios”, compartilhando com Jean-Paul Sartre epístolas, no mínimo, fora da esfera pública que tentava construir mesmo às custas de uma póstuma desarticulação moral. O viés iconoclasta confundiu-se com o sensualismo fugaz da promiscuidade apaixonada (SEYMOUR-JONES, 2014).

O poder público estatal está inserido no processo de amadurecimento – individual e conjunto – dos(as) filhos(as) de sua nação. Em consulta em 29 março 2019, perguntamos ao movimento “Escola Sem Partido” qual a sua concepção sobre o ensino de assuntos relativos à sexualidade dos estudantes. Em 2 abril 2019, remeteram a resposta:

(...) A posição do Escola sem Partido sobre as chamadas questões de gênero está prevista no artigo 2º do nosso anteprojeto de lei federal:

Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos *nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero*.

A proibição do dogmatismo e do proselitismo decorre do princípio do pluralismo de ideias, do direito à educação e da liberdade de aprender dos alunos, todos previstos na Constituição Federal.

Ou seja, para o Escola sem Partido, o problema não é abordar as questões de gênero, mas sim apresentar determinada teoria sobre tal assunto como sendo a única ou a verdadeira (dogmatismo) ou fazer propaganda dessa teoria (proselitismo). (CORRESPONDÊNCIA PESSOAL, recebida em 2 abr 2019)

“Conservadorismo”, imagem de marca pessimista, finda por modular, repetidamente, o fato de ninguém “nascer mulher” (ou homem), mas tornar-se o que lhe é permissível. No mundo

de contra-ataques, invoca-se o último suspiro do cromossomo Y. Homens e meninos, na apologética performance erótica mista sob o véu do abecedário, discriminados, “numerados” (primeiro sexo/segundo sexo? – compare o sexismo⁸ radicalizado em Beauvoir, 1970, e sua antítese em Benatar, 2012).

Violações corporais e operacionalização burguesa dos hábitos, no século XX, participaram da fertilização doutrinário-filosófica herdada pela maioria dos pensadores da época atual. Os fluídos sentimentos, gêneros, magia tântrica corolária do fetichismo abissal em construção nos lares e nas academias (de músculos e livros), revelam traumáticas vidas. Nem a superproteção, nem o questionar das dúvidas infanto-juvenis sobre identidade carregam níveis pragmáticos de encorajamento. As crianças são cativadas e cativantes por encantos – arte e amor na sapiência – nítidos do convívio (com pais, mestres, amigos de idade semelhante).

Sinalizar brusca fratura nessa linha tênue, entre as “cabeças bem feitas” das novas personagens habitantes da Terra e as cruentas partições relacionais, matrimoniais e socioculturais, conforme gizado alhures, não produz saúde psíquica nem resolve transtornos familiares, sendo, logo, a escola o refúgio seguro buscado no qual as “caixas de Pandora”⁹ são cerradas temporariamente. Se as formas de “ministrar” aulas recordarem possíveis abusos, explorando, constrangedoramente, situações vexatórias passadas no lar, que restará aos (às) pequeninos(as)? Princípios nas abordagens didáticas são imprescindíveis.

Consumo hedonista¹⁰ das imagens midiáticas que publicam corpos belos, seminus e famosos é a regra no mundo infanto-juvenil contemporâneo das grandes redes – na cidade, no campo, no Brasil e no mundo todo, “ocidentalizando” ou aculturando anatomias. “É notória a exaltação de corpos em boa forma, inspirados em pessoas famosas e orientados pelos que cultuam a beleza humana; nesse contexto, algumas práticas sexuais são consideradas mais adequadas se comparadas a outras. (LOURO, 2009, apud MANFREDO; MESQUITA, 2019, p.20).

⁸ Adotaremos a seguinte definição, originalmente composta por Scala (2011,p.16): “O *sexismo* seria qualquer limite imposto à conduta sexual; por exemplo, a proibição da prostituição, da pornografia, da esterilização voluntária da homossexualidade etc., todas estas seriam leis *sexistas*.” A liberação irrestrita do coito sistematicamente vem sendo alegada como princípio e direito fundamental por contingentes LGBTs e simpatizantes do movimento feminista.

⁹ Segundo a mitologia grega, “caixa de Pandora” é o artefato (pote de armazenamento) dos males e problemas humanos. A tradição lembra o falso presente, aparentemente valioso, todavia maldito.

¹⁰ A palavra “hedonismo” é vocábulo que indica tanto a procura indiscriminada do prazer, quanto a doutrina filosófica que considera o prazer como o único bem possível, portanto como o fundamento de vida moral. Essa doutrina foi sustentada por uma das escolas socráticas, a Cirenaica, fundada por Aristipo; foi retomada por Epicuro, segundo o qual “o prazer é o princípio e o fim da vida feliz” (DIÓG. L, X, 129). O hedonismo distingue-se do utilitarismo do séc. XVIII porque, para este último, o bem não está no prazer individual, mas no prazer do “maior número possível de pessoas”, ou seja, na utilidade social” (ABBAGNANO, 2007, p.497).

Tolerância leva ao respeito sem que, artificialmente, regras de “etiqueta social” norteadoras do politicamente correto sejam, hierarquicamente, impostas pelo repertório curricular. Homogeneizar impressões rasas – conceituando “beleza” à moda litorânea (pele bronzeada, magreza feminina, roupa de grife), “certo” e “errado” como verdades irrefutáveis perfeitos e “orientação sexual” na medida pré-matura de um (uma) síntese hormonal juvenil (como se “liberdade” pudesse compreender-se na tenra idade, quando sequer predomina, na mente, o raciocínio lógico-crítico).

O binário contexto – homens e mulheres – tem sido descrito como opressor pela maioria dos estudiosos. Só recentemente passou-se a atender, mediante criticidade, à dialética. Não havendo, pois, coerência em se mencionar a superioridade masculina nem, tampouco, a fragilidade feminina, o universo sexual sofre influências sub-reptícias e revira-se entre *doxa* (opinião) e *logos* (razão). “A hipótese de as mulheres serem (...) o sexo privilegiado explicaria por que a maioria parece estar mais ou menos satisfeita com sua condição; e por que mais mulheres passaram a não abandonar os cosméticos, a queimar os sutiãs, a vestir macacões (...)” (CREVELD, 2004, p.12). Meninos e meninas brasileiros(as), em turmas de ensino fundamental e médio, raramente acessam pesquisas “incômodas”, por isso mesmo apreciam, salvo mínimas exceções, apenas um lado da história¹¹. Isonomia nos programas e cátedras (da matrícula infantil à pós-graduação) proporciona, com razoabilidade, harmonia entre sentimentos e pensamentos. A pulsão sexual da adolescência obedece à fundamentação docente – constante adequação das explicações sob clara filtragem de matéria e afetividade. A retórica honesta é legitimação temática. “Se minha opinião fosse aceita como um resultado do argumento, a refutação deste poderia abalar a firmeza da convicção; mas, quando está baseada somente no sentimento, quanto mais controvérsia (...)”, mais adesão (MILL, 2006, p.15). Tempos de barbárie – *apartheid* entre os sexos, inusitada bipartição humana – jamais fora provada como verdade além-dúvida. Bombardear cérebros pueris, nutrindo intrínsecas rupturas psicológicas, minimiza a *proba lide* professoral.

¹¹ Não está em julgamento, pois desviaria o foco destas notas abreviadas, a “validade” dos dados reputados nocivos às minorias. O que se está defendendo é a liberdade de expressão, que desaconselha quaisquer ingerências policiais (ou censura prévia) ao produto artístico, literário, profissional e associativo, resguardados os limites constitucionais. A Editora Revisão, de Porto Alegre-RS, tem publicado material “neonazista” e foi duramente punida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) com a remoção de seus livros das lojas convencionais. As publicações, porém, estão disponíveis para compra na internet e podem ser adquiridas diretamente com os fornecedores no *sítio* eletrônico <<http://web.archive.org/web/20080707235205/http://members.libreopinion.com/us/revision5/edrevision.htm>> Acesso em: 14 ago 2019.

Hoje e amanhã: refletindo os rumos da pedagogia questionadora

Combater mazelas é atributo humanístico dos(as) engajados(as) na concretização do futuro melhor, imaginado como livre das violências corriqueiramente noticiadas na mídia impressa e nas “teias” da rede digital mundial de computadores. O questionar da situação atual (história presente) reivindica para si o heroico mitigar das forças negativas. Virtualmente, ninguém está isento de passar pela dor calcada na tensa hostilidade. “(...) formas de (...) violência são: (...) doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afrodescendente, o homossexual, entre outras.” (BONETI e PRIOTTO, 2009, p.162).

Indivíduos em fase de aperfeiçoamento cognitivo acham-se susceptíveis a encarnações do instinto selvagem, que, *grosso modo*, “batem” nos representantes (símbolos) da autoridade coatora, atribuidora de notas, classificadora e anacrônica, moldando personalidades manifestamente destrutivas, amestradas partindo, no bojo da educação formal “na”, “da” e “contra a” politicização institucionalizada, também nos locais não formais (arsenais cultural¹² e socioeconômico¹³) disponíveis.

É evidente que a criação de técnicas autocompositivas e heterocompositivas logra reduzir os indicadores de agressividade entre estudantes. A raiz da problemática realidade experimentada pelo(a) aluno(a) nota-se em gestos (tímidos e reativos) quase inauditos por equipes pedagógicas concentradas na “colocação enfileirada” dos conhecimentos listados na “grade”. Estudar supõe liberdade, contatos amadurecidos, protagonismo de todos e de cada indivíduo separadamente. O bem coletivo, a saber, gerações sensíveis ao cômico planejamento instrucional-laboral (ensino-aprendizagem), democratiza saberes.

Voltando a Aristóteles, a *Paideia*¹⁴ do *Homo sapiens* grego precede tentativas de venerar um sistema voluntarioso e generalizado de revelação cognoscente: a subjugação do diferente. No século da telemática, banhado em interfaces computadorizadas e na pós-verdade “líquida”

¹² Por exemplo, invasões e depredações de estabelecimentos localizados em favelas, recrutamento do tráfico de drogas nas zonas periféricas da cidade e abuso de álcool e tabaco são atos de vandalismo e rebeldia comprometedores da evolução formativa dos(as) jovens.

¹³ “Aparecem também, nos estudos realizados sobre a violência escolar, as causas socioeconômicas, a exclusão social, ou melhor, a falta de acesso, (...) a falta de oportunidades e de trabalho, a influência da mídia, o rápido crescimento biológico, o tempo livre e ocioso, a falta de perspectivas, falta de um sonho. Todos considerados fatores causadores da violência escolar”. (BONETI; PRIOTTO, 2009, p.165).

¹⁴ Sistema de educação e formação ética – corpo, mente, polis.

das autoridades, o libertar-se granjeou respaldo concebido há mais de 150 anos atrás. “É que os seres humanos não nascem mais com o seu lugar na vida, (...), mas eles são livres para empregar suas faculdades (conhecimentos) em quantas chances favoráveis lhe forem oferecidas para alcançar o que eles mais desejam” (MILL, 2006, p.33). A capacidade de mudar é tônica em nossos dias, embora nunca tenha significado total probabilidade de alguém migrar do estado menos aceito à elevada felicidade. Quando os direitos de um (plebeu servo “oprimido”) são levados a cabo, o outro (nobre senhor “opressor”) estará em desvantagem, a menos, claro, que rejeitem-se maniqueísmos. A paz não se fará com barbárie: as escolas das classes trabalhadoras e os colégios privados elitistas, separados por abissais fronteiras econômicas “meritocráticas” lidam com a mesma natureza da espécie – instinto humano, desejo de prosperar, auge da ambição vital.

Hostilidades entre garotos (as) e seus responsáveis (familiares, professores, orientadores vocacionais etc.) – mormente quando envolvem mudanças no corpo, no pensamento e na identidade (*self*) dos mais novos – lançam necessidades inéditas que a escolarização cívica junca, ao estabilizar e, na medida das constantes “lapidações” em caráter, aplacar.

O consenso edifica-se passo a passo, livrando dos grilhões ou escravizando à velada ditadura majoritária. “Não mediante a violência das armas, mas através da mágica pretensão de modificar a estrutura íntima do ser humano, através de uma mudança cultural levada a cabo pela manipulação da linguagem” (SCALA, 2011, p.191).

Os termos *violência de gênero* e *violência familiar* são inaceitáveis, obtempera Jorge Scala (2011). O primeiro remonta à semântica, mas não é o “feminino” nem o “masculino” quem agride por si mesmo. O segundo leva ao falso determinismo segundo o qual todo núcleo familiar é violento e, remontando ao ultrapassado *paterfamilias* romano, afasta parentes do cúmplice diálogo benéfico.

Considerações finais

Diante do exposto, seguem as premissas últimas:

- 1) Práticas pedagógicas em educação/orientação sexual devem ser pautadas pela facultatividade (desde que professores e alunos se sintam “à vontade” para tocar nos assuntos) no tratamento de questões polêmicas relacionadas aos conceitos fluídos de gênero e na transversalidade curricular;

- 2) Palestras, oficinas e projetos inovadores constituem importante recurso interdisciplinar, mas nem por isso se convertem em meios idôneos para avaliação concreta dos conhecimentos estudantis (o papel da família e o respeito às diversidades éticas merecem respeito);
- 3) Contributos formativos multiculturais significam mais sólido aprendizado e erradicam licenças arbitrárias na ação de ministrar conteúdos científicos;
- 4) Se o discurso não pode ser neutro, o tempo/espço da sala de aula tampouco deve censurar divergências ideológicas;
- 5) A violência – em todas as suas espécies – combate-se em diálogos, sendo a repreensão um instrumento abusivo e injustificável, salvo nas circunstâncias extremas (quando outra saída gera efeito inócuo);
- 6) Laicidade imiscuída pela cientificidade precisa ser hermeneuticamente processada no melhor interesse das crianças e jovens.

Os apontamentos nesta sede redigidos, transitoriamente convertidos nas laudas presentes, não fazem, obviamente, jus à vasta celeuma teórica e às vicissitudes práticas dos arranjos “sexualizadores” da juventude. Mesmo assim, espera-se haver contribuído para (re)vitalizar o debate, mitigando extremismos, sugerindo, ao(à) leitor(a), fontes ordinariamente pouco sondadas.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, salud y sociedad – revista latinoamericana*, n.13, p.69-83, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/28145/1/S1984-64872013000100004.pdf>. Acesso em: 24 mar 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo I: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENATAR, David. *The second sexism: discrimination against men and boys*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2012.

BONETI, Lindomar Wessler; PRIOTTO, Elis Palma. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista diálogo educacional*, v.9, n.26, p.161-179, 2009.

CORRESPONDÊNCIA PESSOAL. Mensagens - entre autor e o “Escola sem Partido”. 2019.

CREVELD, Martin van. *Sexo privilegiado: o fim do mito da fragilidade feminina*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MANFREDO, Elizabeth Cardoso Gerhardt; MESQUITA, Adriano Santos de. Sugestões para abordagem de temas relativos à sexualidade humana nos anos iniciais do ensino fundamental. *Educitec*, v.5, n.10, p.18-38, 2019.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

MONTORO, Tania; SANTOS, Nara. Análise das relações de gênero no filme má educação de Pedro Almodóvar. *Anais... XVI congresso de ciências da comunicação na região centro-oeste*, 10 p. Águas Claras. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Artpress Editora/Katekthesis, 2011.

SEYMOUR-JONES, Carole. *Uma relação perigosa: uma biografia reveladora de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2014.

SPINOLA, Ana Micaela Gouveia. *Aprender para ensinar: investigando sobre sexualidade e reprodução humana no 1.º CEB e refletindo sobre as práticas educativas no 1.º e 2.º CEB*. 219 f. Relatório Final (Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB) – Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28065/1/ANA_SPINOLA.pdf. Acesso em: 28 mar 2019.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. *Homosexuality*. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/homosexuality/#QueTheSocConSex>. Acesso em: 27 mar 2019.